



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Empreendimento turístico e responsabilidade sócio-ambiental – um estudo qualitativo¹

Iara Maria da Silva Moya ²

Ilca Maria Moya de Oliveira ³

Resumo

A responsabilidade sócio-ambiental é hoje tema corrente na academia e nos negócios, ainda mais naqueles que impactam diretamente o meio ambiente. É o caso do turismo. Este estudo teve por objetivo avaliar a proposta de responsabilidade sócio-ambiental adotada por um novo empreendimento turístico no centro-oeste, próximo a um parque nacional, adotado pela Unesco. Estudo qualitativo, foram realizadas entrevistas abertas, em profundidade, com lideranças representativas dos potenciais clientes do empreendimento. O resultado mostra que há preocupação com os impactos de um novo empreendimento. A proposta de responsabilidade sócio-ambiental apresentada é bem aceita, valoriza a iniciativa privada, vista aqui como parceira do poder público (em sua ausência) na preservação da natureza e na contribuição efetiva para a região, com inclusão e ganho de qualidade de vida para a comunidade local.

Palavras-chave: Empreendimento turístico; Responsabilidade sócio-ambiental; Preservação ambiental; Estudo qualitativo em turismo.

Empreendimento turístico e Responsabilidade sócio-ambiental – Um estudo qualitativo

O futuro não é para ser previsto, mas sim criado. O que fazemos hoje determina a forma das coisas amanhã. Especialmente a maneira como percebemos os desafios que nos esperam e a visão que desenvolvemos para lidar com eles.

Arthur C. Clarke

Conhecer, em si, não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação transformadora; e a conversão da ação transformadora em conhecimento (...) não apenas muda a realidade, mas muda o sujeito.

Leonardo Boff

¹ Trabalho apresentado GT - Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Socióloga, psicodramatista, especialista em Gestão Social pelo INDES/BID, mestranda em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi/UAM. Pesquisadora, Professora, Palestrante: iaiamoya@yahoo.com.br

³ Pedagoga, Mestre em Administração, Docente da Universidade Anhembi Morumbi/UAM. ilcamoya@uol.com.br



As decisões relativas aos negócios, cada vez mais, têm sua base em estudos e análises que se utilizam dos referenciais científicos, e as pesquisas empíricas contribuem fortemente para a escolha das decisões corretas. Segundo Dencker (1988) “alguns autores afirmam que 40 por cento das decisões tomadas no campo do turismo resultaram erradas por falta de informações básicas.” (p.188) Neste trabalho a questão principal foi avaliar a existência de entendimento da idéia de responsabilidade sócio-ambiental, junto à clientela potencial de um empreendimento turístico, e se essa idéia é argumento ou fator de atratividade para a escolha de um novo empreendimento turístico. Estudos feitos anteriormente sobre o tema da responsabilidade social pelas autoras (MOYA, 2004; OLIVEIRA, 2005) somados à consulta a literatura recente, possibilitaram criar uma base referencial teórica para o entendimento da questão. Foi definida a realização de pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas pessoais, com lideranças representativas dos clientes potenciais do empreendimento.

O tema central - responsabilidade sócio-ambiental - constituiu-se como aspecto de grande importância, já que o empreendimento visa se constituir a partir dessa premissa e utilizar esse conceito como diferencial efetivo de outros empreendimentos similares. Isto em se tratando de uma região singular, adotado pela Unesco por suas características de patrimônio natural. Portanto, esta discussão está na base da viabilidade do empreendimento estudado enquanto destino turístico.

Responsabilidade social e responsabilidade sócio-ambiental

A questão da responsabilidade social está historicamente vinculada à ação do empresariado e à questão do desenvolvimento sustentável. No Brasil, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, voz do empresariado quanto à questão da ação no social, a partir dos princípios do *Global Compact* (programa da ONU/ Organização das Nações Unidas criado para mobilizar a comunidade empresarial internacional) conceitua da seguinte forma a responsabilidade social empresarial:

é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”. (www.ethos.org.br)

A partir desse conceito, o Instituto Ethos instaura uma expectativa de atuação e uma atitude ética para o empresariado e operacionaliza o entendimento da responsabilidade social através



de ações normatizadas e padronizadas, que podem (devem) ser avaliadas e medidas a partir da criação de parâmetros. Assim foram construídos os indicadores mais conhecidos no Brasil, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, que estão estruturados em sete capítulos que tratam dos seguintes temas:

1. Valores, Transparência e Governança – trata da auto-regulação da conduta, espelhada no código de ética da empresa e do balanço social.
2. Público Interno - trata dos funcionários em várias dimensões: do diálogo à participação; no respeito ao indivíduo e na valorização da diversidade; e nos aspectos formais das relações de trabalho, como política de remuneração, benefícios, carreira e outros.
3. Meio Ambiente - aborda o comprometimento da empresa com a causa ambiental e a educação ambiental e o gerenciamento do impacto ambiental da empresa.
4. Fornecedores – trata das relações com os fornecedores e propõe uma política de relacionamento com estes, desde a seleção até a parceria e apoio ao seu desenvolvimento.
5. Consumidores e Clientes - aborda a dimensão social do consumo com base na política de comunicação comercial, no atendimento e no conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais dos produtos e serviços.
6. Comunidade - aborda as relações com a comunidade local e avalia e gerencia o impacto da empresa na comunidade de entorno e suas relações com organizações locais, além do envolvimento da empresa com a ação social e seu financiamento.
7. Governo e Sociedade – discute a liderança social da empresa, sua influência social e participação em projetos sociais governamentais. (MOYA, 2004, p. 6.)

Ainda que adotada formalmente a expressão Responsabilidade Social Empresarial, o Instituto Ethos sinaliza que a questão da terminologia tem pouco peso no que se refere à sua conceituação propriamente dita e assume como sinônimos a responsabilidade social corporativa e a responsabilidade social nos negócios. (SOUZA, 2005, p.18)

Para o Instituto, as empresas têm uma grande tarefa a cumprir: “a sociedade brasileira espera que as empresas cumpram um novo papel no processo de desenvolvimento: sejam agentes de uma nova cultura, sejam atores de mudança social, sejam construtores de uma sociedade melhor”. (www.ethos.org.br)

Na mesma linha, outros grupos desenvolveram propostas de responsabilidade social, como é o caso do Clube de Budapeste, conforme Laszlo (2001). A “Lista de Preceitos do Gerenciamento Responsável”, à semelhança do modelo do Instituto Ethos e com o mesmo



escopo de conteúdo, estabelece seis responsabilidades, referidas a seis *stakeholders*, as chamadas partes envolvidas (SOUZA, 2005, p. 30): responsabilidade perante os acionistas, os empregados, clientes e consumidores, parceiros nos negócios, perante as comunidades locais e perante o Meio Ambiente. Laszlo (2001), entretanto, conclama a ampliação da ação de responsabilidade a todas as esferas da atuação da pessoa. Ele diz:

Pensar globalmente e agir moralmente não são as únicas responsabilidades que recaem sobre nós. Essas são as nossas responsabilidades enquanto pessoas individuais e a elas se unem as responsabilidades das esferas social e profissional. Também precisamos ser responsáveis enquanto gerentes e colaboradores de uma empresa, enquanto cidadãos de um país e enquanto membros da comunidade global. (p.108)

De fato, a reflexão de Laszlo sobre o tema defende uma ética pela vida, na qual, segundo sua própria imagem, somos todos companheiros de viagem na espaçonave Terra. Nessa viagem, pode-se ir como passageiro ou como tripulante. Como passageiro, você aproveita a viagem e vai para onde a nave for. Como tripulante você ajuda a escolher o porto e traçar a direção para chegar lá. (MOYA, 2004, p. 16)

Responsabilidade sócio-ambiental e desenvolvimento sustentável

Em uma visão similar, a expressão responsabilidade sócio-ambiental, sinônimo expandido da responsabilidade social corporativa ou empresarial, vem sendo utilizada principalmente quando se pretende enfatizar a atuação da empresa ou organização no contexto social amplo propriamente dito, incluído aí o meio ambiente, para além da atuação na própria empresa ou em seu entorno. A responsabilidade sócio-ambiental explicita o compromisso da empresa ou organização com o desenvolvimento sustentável considerando seus três pilares, econômico, social e ambiental. Admite-se que a responsabilidade sócio-ambiental atua em uma dimensão mais ampla, na dimensão política, no sentido da responsabilidade com a *pólis*, de estar vinculada a leituras e ações que transcendem os interesses diretos próprios daquela empresa ou organização. Desta forma, a responsabilidade sócio-ambiental passa por projetos de interesse coletivo, assumidos coletivamente por diferentes *stakeholders* ou organizações. Em geral, a adoção do termo é referência de um forte ancoramento na questão ambiental, ou mesmo em uma postura ambientalista. (FONTELES, 2004, p. 39)

O desenvolvimento sustentável é resultado da preocupação com o meio ambiente e com o entendimento da finitude dos recursos naturais. Essa discussão já vem desde o início do século XX mas só se configura efetivamente como tema de interesse



mundial a partir da formação na ONU/ Organizações das Nações Unidas, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento/ CMMDA, que publicou, em 1987, o texto *Nosso Futuro Comum*, chamado de Relatório Brundtland. As conclusões apontam para uma vinculação entre a escassez de recursos naturais e o aumento da pobreza mundial, em um ciclo vicioso que, liga os problemas ambientais à pobreza. Ou seja, para reduzir a degradação ambiental é necessário que se reduza a pobreza. (ROCHA, 2006, p.227) É nesse contexto que o relatório define o desenvolvimento sustentável como “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras satisfazerem as suas”. (CMMAD, 1991 apud CARDOSO, 2005, p. 35) Além disso, o relatório assinala que as ações devem ter objetivo global, com soluções locais, já que cada país tem aspectos econômicos e sociais próprios: o famoso “pensar global, agir local”, apropriado por Laszlo, conforme já citado, como “pensar global, agir moral”.

Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21, IDH e 8 ODM

Depois disso a ONU/ Organização das Nações Unidas organiza os chamados *Earth Summits*. Em 1992, acontece no Rio de Janeiro a ECO-92 e, em 2002, em Johannesburg, na África do Sul, é elaborada a “Agenda 21” , um documento normativo quanto à ação social/ ambiental. A Agenda 21 Brasileira foi elaborada a partir da Agenda 21 Global (resultante da participação de 179 países na Rio 92). Entretanto, teve seu próprio foco e objetivo em sua construção (“pensar global, agir local”), conforme Cerqueira & Facchina:

A Agenda 21 Brasileira foi elaborada para exercer um papel particularmente destacado na concepção e na coordenação da execução de “uma nova geração de políticas públicas” que venham a reduzir o quadro de desigualdades e discriminações sociais prevaletentes no País, levando a uma melhoria dos componentes do desenvolvimento humano. O crescimento econômico, como componente do desenvolvimento humano, é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas. Não pode haver desenvolvimento enquanto houver iniquidades sociais crônicas no nosso País e se as formas de uso dos recursos ambientais no presente comprometerem os níveis de bem-estar das gerações futuras. (CERQUEIRA & FACCHINA, 2005, P. 5)



Complemento social à abordagem ambiental, o IDH/ Índice de Desenvolvimento Humano dá a medida de como vão as coisas na dimensão social. É uma medida de referência, um conceito que sinaliza as disparidades do mundo em que se vive, a disparidade entre os países, e a condição mesma de cada país, de pobreza, de falta de saúde e educação. O conceito de desenvolvimento humano é assim definido por Mark Malloch Brown, no Prefácio do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de 2004:

O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram – e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. (www.pnud.org.br)

Avançando na discussão do desenvolvimento sustentável, em setembro de 2000, durante a Conferência do Milênio, é feita a Declaração do Milênio, um pacto com a ONU/ Organização das Nações Unidas, assinado por 191 países, incluindo-se, aí, o Brasil. A Declaração do Milênio consta de 8 macro-objetivos para 2015, identificados como os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ou mais simplesmente, 8 ODM, que são:

- 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome
- 2 - Atingir o ensino básico universal
- 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/ Aids, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Esses 8 macro-objetivos se distribuem em 16 metas e em 48 indicadores que abordam o ponto de vista social. Derivados da visão do IDH, ferramenta primeira da medida do social, que incluía renda, saúde e educação, incluem agora também igualdade de gênero, além do uso dos recursos ambientais e da orientação para a participação social.

Os 8 ODM são considerados o “compromisso compartilhado com a sustentabilidade do planeta”, representam a “agenda do planeta, a agenda da humanidade” (PNUD) tendo sido adotados no Brasil, em todas as instâncias de governo (municipal, estadual e federal). Cabe lembrar que, entre os 8 ODM e a Agenda 21 existe estreita sintonia, “são dois instrumentos



irmãos para a consecução do desenvolvimento sustentável, aprovados e adotados pela comunidade dos estados-membros que compõem a Organização das Nações Unidas”. (CERQUEIRA E FACCHINA, 2005, p.3-4)

Desenvolvimento sustentável, Turismo e turismo sustentável

Moesch define como categorias fundantes do turismo “o deslocamento, nomadismo pós-moderno e o encontro, sedentarismo hospitaleiro do sujeito através do tempo-espaço percorrido”. (apud DENCKER, 2005, p. 63)

Fonteles (2004) analisa diversas definições de turismo e produz uma síntese dos principais pontos: o turismo envolve as noções de tempo e espaço, refere-se a relações interpessoais, sobretudo entre quem chega e quem está, tem por base principalmente motivações de lazer/ prazer, bem como profissionais, observa pressupostos de voluntariedade e de não-lucratividade, exige deslocamento físico, privilegia o âmbito econômico, materializado na produção e consumo de diversos bens e serviços; envolve as dimensões social, cultural e política, que enriquecem o turismo, envolve os aspectos ambiental, comportamental, psicológico e técnico-científico. (p. 81)

As associações entre desenvolvimento sustentável e turismo são controversas (CARDOSO, 2005, p. 43). Alguns autores entendem hoje o desenvolvimento sustentável e o turismo como estratégias globais, inseridas na lógica da produção capitalista, muitas vezes resultando em pouco ou nenhum ganho efetivo para as comunidades envolvidas. Segundo Carlos (1996), “o capitalismo, o Estado e o espaço mundializam-se, o mercado mundial permite a convergência dos fluxos de informação e de mercadorias”. (p.50) Mais que isso, na dinâmica da globalização “o lugar ganha novo conteúdo, produz-se uma hierarquia diferencial dos lugares que aparece sob a forma de uma competição entre lugares pelo investimento”. (idem) O lugar, como qualquer outro produto, entra na ordem da produção e do consumo, conforme Luchiari (1998) expõe: “o fenômeno contemporâneo do turismo coloca-se como um vetor de transformação contraditório e emblemático: acentua a produção de lugares de consumo e o consumo dos lugares.” (p.23).

Por outro lado, o turismo tem sido considerado, por diversos autores, como uma importante oportunidade de desenvolvimento, a chamada indústria “sem chaminés”, que promove emprego e renda, conforme Freitag. (CARDOSO, 2005, p. 30) Da vinculação entre



desenvolvimento sustentável e turismo foi proposto o “turismo sustentável”.

A definição de turismo sustentável da OMT/ Organização Mundial de Turismo, de março de 2004, estabelece:

As diretrizes e práticas gerenciais do desenvolvimento sustentável do turismo são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinação, incluindo turismo de massa e os diversos nichos de mercado turístico. Princípios de sustentabilidade se referem a aspectos ambientais, econômicos e sócio-culturais do desenvolvimento do turismo, e um equilíbrio apropriado deve ser estabelecido entre estas três dimensões para que a sustentabilidade de longo-prazo seja garantida. (apud CARDOSO, 2005, p. 53)

Conforme Irving & Azevedo (2002) lembram, falar em turismo “sustentável” exige: a incorporação de princípios e valores éticos; uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios; e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. (p.18) Esses pontos podem ser complementados por Luchiari (1998) que recomenda considerar, no planejamento do turismo: a participação dos vários segmentos da sociedade na promoção e implementação de diretrizes para o desenvolvimento local ou regional; o papel do Estado na estruturação dos planos de desenvolvimento turístico local/ regional; a revisão do conceito de sustentabilidade em dimensão local, onde o desenvolvimento regional pode ser planejado visando equacionar os diversos interesses. (p.27).

Impactos sócio-ambientais

Contraparte das ações do desenvolvimento/ turismo sustentável, os impactos podem ser positivos, ou não, para a comunidade/ localidade turística. Conforme Cardoso (2005) a literatura sobre os impactos na comunidade ainda requer sistematização, sendo poucas as categorizações existentes. A autora utiliza o modelo de Scheyvens para classificar a literatura consultada, sendo seu interesse exclusivamente os impactos “sociais”. São definidas quatro categorias de impactos de dimensão social na comunidade:

- a) Impactos econômicos: referem-se à questão do emprego e oportunidades de negócio, ganhos e distribuição;
- b) Impactos psicológicos: referem-se à auto-estima, valorização da cultura e tradições;



c) Impactos sociais: crimes, pedintes, afastamento dos moradores, prostituição;

d) Impactos políticos: participação nas decisões. (CARDOSO, 2005, p. 58)

Já Rocha (2006) e Fonteles (2004) desdobram os impactos sociais em suas vinculações com os impactos ambientais. Este último, em sua análise de Jericoacoara, aponta o fluxo turístico, nacional e internacional, como “incompatível com a infra-estrutura local, trazendo problemas à população receptora, desequilibrando os ecossistemas, criando um turismo desordenado, comprometendo a qualidade de vida dos moradores”. (p. 149).

Hospitalidade e Turismo

A mitologia grega nos ensina que Hospitalidade e Turismo são lados complementares de uma mesma realidade, conforme a fala de Camargo: (2004)

O imaginário presente no ato humano de receber pessoas é povoado, em todas as culturas, de mitos que explicam o ritual da recepção. Héstia, a deusa da hospitalidade, está em permanente interação com Hermes, o deus da viagem, e cuida do fogo aceso do lar para iluminar e aquecer moradores e hóspedes. (p. 56)

O tema é questão central no mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembí Morumbi, onde já foram defendidas mais de 100 dissertações sobre o assunto, produzindo-se, assim, um novo corpo de reflexões que redefinem as relações entre turismo e hospitalidade. Afinal, para todo que chega, há um que está. A questão da hospitalidade, para além das leituras dos clientes potenciais demanda conhecer as opiniões e valores da comunidade sobre o empreendimento, etapa a ser realizada na continuidade do trabalho.

A exposição feita situa a complexidade da discussão sobre a responsabilidade sócio-ambiental e suas implicações; é esse referencial que embasa a análise dos resultados da pesquisa.

A pesquisa

Este estudo teve por objetivo avaliar a proposta de responsabilidade sócio-ambiental adotada por um novo empreendimento turístico no centro-oeste, próximo a um parque nacional, adotado pela Unesco. Neste trabalho, a questão principal foi avaliar a existência de entendimento do conceito da responsabilidade sócio-ambiental e se esta é argumento ou fator de atratividade para um novo empreendimento turístico.



O empreendimento turístico

O empreendimento turístico, base do estudo, situa-se nas proximidades da Chapada dos Veadeiros, no nordeste goiano, uma das áreas mais importantes para a biodiversidade do Cerrado, declarada Sítio do Patrimônio Natural pela Unesco. Em 1961, o presidente Juscelino Kubitschek criou o Parque Nacional do Tocantins, com uma área de 625 mil hectares. Em 1972, essa área foi reduzida para 172 mil hectares e o nome foi alterado para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Outras reduções foram feitas, e a área do parque atual é de menos de 10% do tamanho original. A explicitação da localização do empreendimento turístico é fator importante no entendimento das razões do estudo e de seus resultados, dada a condição de APA, Área de Proteção Ambiental, e de sua atribuída vocação natural para o turismo ecológico.

Clientela potencial do empreendimento

Dencker (1998), ao discorrer sobre o estudo da demanda, aborda a identificação de clientes potenciais e atuais. Pelas características do empreendimento, foi definida a clientela potencial como formada por empresários, altos executivos, servidores públicos graduados, funcionários de embaixadas e organismos internacionais, políticos e representantes do governo nas esferas municipal, estadual e federal, sediados em Brasília e Goiânia.

A proposta de responsabilidade sócio-ambiental avaliada

A proposta de responsabilidade sócio-ambiental do empreendimento, apresentada para a avaliação dos entrevistados, está centrada no turismo ecológico planejado, como aliado do desenvolvimento sustentável e é composta dos seguintes pontos:

- a) preservação de grande parte da área do empreendimento, com conservação e recuperação de ambientes; busca de ecoeficiência (utilização de sistemas de energias renováveis e limpas, tratamento de 100% do esgoto e lixo); *ecodesign*, uso de materiais com menor impacto ou reciclados, integração com o ambiente, arquitetura ecológica.
- b) alternativa de emprego e renda para a população local, visando priorizar a utilização de mão-de-obra local, tanto na implantação quanto na operação, e promover projetos de capacitação contínuos para qualificar a comunidade; estimular o contato do turista com a comunidade; implantar infra-estrutura receptiva para desenvolvimento de educação ambiental e ecoturismo.



Metodologia da pesquisa

Segundo a OMT, a metodologia turística é definida como o “conjunto de métodos empíricos experimentais, seus procedimentos, técnicas e táticas para ter um conhecimento científico, técnico ou prático dos fatos turísticos.” (DENCKER, 1998, p.24)

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, e para a execução das entrevistas utilizou-se a técnica de entrevista em profundidade, (DENCKER, 1998, p. 102-103) que permitiu explorar os conteúdos de interesse por meio de roteiro semi-estruturado e da apresentação de material ilustrativo do projeto. As entrevistas, em um total de 25, foram realizadas com lideranças representativas da clientela potencial do empreendimento. Para tanto, foram agendadas em contato telefônico e ocorreram em data e local da preferência dos entrevistados. Com sua autorização, foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas integralmente. Os resultados estão descritos a seguir.

A questão ambiental

A questão ambiental faz parte das preocupações dos entrevistados. Em suas instituições/ organizações de trabalho, a cultura de preservação do meio ambiente é fortemente disseminada, reflexo certamente de adoção de política de responsabilidade social corporativa. Em relação ao empreendimento turístico avaliado, essa preocupação é vista como um pressuposto fundamental, dada a condição de localização, na proximidade do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é considerado pelos entrevistados “um santuário da natureza”. O fato do parque ser protegido pela Unesco é visto como positivo em função de dois pontos: primeiro, é um diferencial valorizado, em relação a outros locais, o que atribui ao parque uma característica de singularidade, de “lugar único” e, segundo, porque significa a intenção de preservação do lugar. É, ou deveria ser, a garantia de que a região vai se manter como está. Por outro lado, as ameaças ao parque são muitas. O parque é responsável pelo movimento do turismo na região, que vem apresentando grande aumento na visitação, e isso tem despertado a preocupação quanto ao uso abusivo do meio ambiente e da cultura local. Fonteles (2004), ao avaliar os impactos socioambientais em Jericoacoara reflete que é exatamente a condição de preservação que mobiliza a visitação, produzindo a contradição: é a própria preservação que promove a destruição do lugar.



Além, disso, conhecedores da região, os entrevistados criticam os avanços da monocultura de soja e da pecuária. A colocação é muito pertinente, pois fazendeiros da região entraram recentemente com ação visando a extinção da APA/ Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, criada justamente para proteger o Parque Nacional. (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2007)

A proposta de responsabilidade sócio-ambiental do empreendimento, em sua dimensão ambiental, é avaliada positivamente e obtém a credibilidade dos entrevistados, tanto nos aspectos gerais, no que diz respeito a assumir a preservação de grande parte da área do empreendimento e a conservação e recuperação de ambientes degradados, quanto na adoção de ecoeficiência e *ecodesign* na implantação do empreendimento e, posteriormente, em sua operação. Um ponto muito importante é que esse tipo de empreendimento é percebido como parceiro do poder público no papel de guardar essa natureza; para os entrevistados, há necessidade dessa parceria com a iniciativa privada para garantir a preservação da natureza. Na fala de um entrevistado,

Um projeto dessa envergadura vem conciliar a atividade econômica com atividade de lazer, que é o entretenimento, e ao mesmo tempo fazendo uma coisa que o governo não dá conta, por si só, de fazer, que é preservar o meio ambiente de forma efetiva...Então, empreendimento dessa natureza, nós entendemos a atividade privada, como função atenuante para que se possa conciliar essa idéia que o mundo todinho está gritando: cuidado com a questão ambiental!...

A questão social

No aspecto social, é preocupação dos entrevistados o impacto do empreendimento turístico na comunidade, preocupação justificada, pois “os *resorts* tradicionalmente têm sido utilizados como exemplos negativos em relação a questão da sustentabilidade” (CARDOSO, 2005, p.28), principalmente na dimensão social, tanto na falta de contato entre os turistas e a população local, ainda mais no sistema *all inclusive*, quanto na importação de mão-de-obra, de produtos e serviços. (Idem)

Em contraposição a isso, a proposta de responsabilidade sócio-ambiental pretende que o empreendimento seja uma alternativa de emprego e renda para a população, com absorção direta da mão-de-obra local, desde o processo de implantação do empreendimento até seu pleno funcionamento e para tanto serão realizados projetos de capacitação contínuos a fim de qualificar essa população. Os entrevistados avaliam de modo muito positivo essa proposta e



interessam-se por sua viabilização efetiva, questionando quanto ao planejamento e implantação. Como diz um deles:

Nós somos a favor de qualquer empreendimento que seja construído em qualquer lugar do mundo, ninguém pode ser contra um empreendimento ou um empreendedor, mas desde que ele chegue com a consciência de usar a mão-de-obra local, de trazer riqueza para aquele local, de trazer o bem-estar para as pessoas que vivem naquele local.

Um segundo ponto da proposta, que sugere a promoção do contato do turista com a comunidade, propiciando outras alternativas de renda para a população local, também é visto como positivo, ainda que alguns entrevistados mostrem maior interesse que outros. O terceiro ponto, por outro lado, que propõe a implantação de infra-estrutura receptiva para desenvolvimento de educação ambiental e ecoturismo, incluindo a população local é muito valorizado e tem alta credibilidade junto aos entrevistados. Segundo Fonteles (2004) “ações educativas são de fundamental importância, tanto para os turistas como para as populações receptoras, evitando efeitos catastróficos”. (p. 205) Além disso, significa “proporcionar condições dignas ao visitante para que faça do seu tempo livre uma oportunidade de viver novas experiências e de enriquecimento mútuo, entre turista e nativo”. (Idem) Como diz um entrevistado:

este tipo de empreendimento vai primeiro, preservar; segundo, ele vai despertar a consciência da população para a preservação eminente; e terceiro, ele vai produzir riquezas para o estado, por que, à medida que você promove um empreendimento deste em uma região que não está desenvolvida, você agrega ali uma série de atividades paralelas aonde a pessoa realmente vai se oportunizar e ao mesmo tempo, o estado vai chamar a atenção para as riquezas naturais que ele tem e que tem que ser preservadas.

Talvez seja o caso de falar em um *resort* “aberto” conforme Mills: “os resorts bem sucedidos do futuro compreenderão a fantasia da experiência em um resort e a interação entre ambiente natural, cultura regional, arquitetura, arte, comida, hospitalidade, recreação, lazer, romance e as experiências de grupos e familiares”. (apud SOUZA, 2005, p. 40)



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

As dimensões da responsabilidade sócio-ambiental

O empreendimento, pensado em uma perspectiva de turismo ecológico planejado pretende-se aliado do desenvolvimento sustentável. A proposta de responsabilidade sócio-ambiental apresentada é bem aceita, valoriza a iniciativa privada, vista aqui como parceira do poder público na preservação da natureza e na contribuição efetiva para a região, com inclusão e ganho de qualidade de vida para a comunidade local.

Considerações finais

Falar de responsabilidade sócio-ambiental é, portanto, falar de desenvolvimento sustentável, e neste caso, de turismo sustentável, de “um equilíbrio apropriado” quanto aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais. Mais que isso, a responsabilidade sócio-ambiental exige participação na comunidade. Nessa perspectiva, a Agenda 21 se mostra um poderoso instrumento para efetivar a inclusão e a participação social e promover, assim, o envolvimento da comunidade na solução das suas questões. Além disso, há o entendimento de que “as estratégias de sustentabilidade mais eficientes são as concebidas localmente e que contam com o apoio da população”. (CERQUEIRA & FACCHINA, 2005, p.16) Os 8 ODM, por sua vez, são a expressão concreta do resultado, no social, do desenvolvimento. Renda, saúde e educação são as bases mínimas para uma vida com qualidade. Afinal, todos querem uma vida melhor.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Referências

BAPTISTA, I. Para uma geografia de proximidade humana. *Revista Hospitalidade*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, ano 2. n. 2, p.11-22, 2.sem. 2005.

CAMARGO, L.O.L. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.

CARDOSO, R. C. *Dimensões Sociais do Turismo Sustentável: estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais*. Orientador: Gisela Taschner. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração de Empresas. São Paulo, 2005.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/ do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CERQUEIRA, Flora; FACCHINA, Marcia. A Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: as oportunidades para o nível local. 2005. Caderno de Debate no. 7. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Política para o Desenvolvimento Sustentável, 2005.

CONSERVATION INTERNATIONAL. *Chapada dos Veadeiros ameaçada pelo agronegócio*. Disponível em <<http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=227>> Acesso em 16.07.2007.

DENCKER, A.F.M. Pesquisa como base para a construção teórica no campo do turismo e da hospitalidade. *Revista Hospitalidade*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, ano 2. n. 1, p. 55-67, 1.sem. 2005.

DENCKER, A.F.M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

FONTELES, J.O. *Turismo e Impactos Socioambientais*. São Paulo: Aleph, 2004.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. *Turismo – o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em <www.ethos.org.br> Acesso em 16.07.2007.

LASZLO, E. *Macrotransição – o desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Axis Mundi Editora/ Willis Harman House, 2001.

LUCHIARI, M.T. D.P. Urbanização turística, um novo nexos entre o lugar e o mundo. In:LIMA, L.C. (Org.) *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998.

MOYA, I.M.S. *Responsabilidade Social: como construir alianças entre as empresas privadas e as políticas sociais municipais?* Orientador: Prof. Dr. Federico Tobar. Monografia apresentada como exigência parcial no Curso de Especialização de Formadores em Gerência Social do INDES/BID/SAS. São Paulo, 2004.

MOYA, I.M.S.; DIAS, C.M.M. *Imagens da Hospitalidade*. Trabalho e artigo apresentado no 34o. Encontro Nacional do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, CERU. São Paulo: CERU, 2007.

OLIVEIRA, I.M.M. Aula 8. QVT – Qualidade de Vida no Trabalho, Responsabilidade Social e Cidadania corporativa. In: *Administração de Recursos Humanos. Curso de EAD*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em <www.pnud.org.br>; <www.nospodemos.org.br> Acesso em 07.05.2004



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

ROCHA, J.M. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo: uma proposta de conciliação – o caso do município de Guaraqueçaba – PR, Brasil. In *Turismo em Análise*. Vol. 17. n. 2 São Paulo: Aleph, 2006.

SOUZA, C.A. *Responsabilidade social empresarial: uma forma contemporânea de hospitalidade comercial em resorts* – Estudo de Caso da Pousada do Rio Quente. Orientador: Profa. Dra. Ada Dencker. Dissertação apresentada à Universidade Anhembi Morumbi, como exigência para obtenção do título de Mestre em Hospitalidade. São Paulo, 2005.